

TEIA DOS CORPOS EM DISPUTA: DA PRAIA DOS OSSOS À TRAMA DISCURSIVA CONTEMPORÂNEA

Ana Carolina Fernandes ¹
Cláudia Bechara Frohlich ²

RESUMO

O trabalho apresenta a experiência da oficina *A Teia dos Corpos em Disputa*, uma proposta de formação pedagógica voltada à reflexão crítica sobre os mecanismos sociais de controle, julgamento e disciplinarização dos corpos, com ênfase nas experiências de mulheres e pessoas LGBTQIA+. Articulada pela extensão *Isso existe: histórias de Educação* na UFRGS, a oficina parte do caso de Ângela Diniz, revisitado pelo podcast Rádio Novelo, episódio Praia dos Ossos, é tramada a teorias dos estudos de gênero, feminismos e teoria *queer*, tais como Judith Butler, bell hooks, Michel Foucault, Djamilia Ribeiro, Paul Preciado e autores/as transfeministas. Ao objetivar a conscientização crítica acerca da construção social dos corpos, das normas cis-heteronormativas e das violências que atravessam as vivências, enseja-se estimular práticas de escuta, empatia e resistência coletiva. Dirigida a docentes em formação, a metodologia da oficina é desenvolvida em quatro momentos: 1) visitação ao caso Ângela Diniz; 2) dinâmica sensorial e simbólica com o uso de fios de novelo de lã para compartilhar experiências (fios encenam dispositivos de controle); 3) desatamento, recriação dos fios e reflexão (desfazer os nós como (re)existências); 4) escrita de cartas endereçadas à Ângela, narrando descobertas. Adentrar na história de Ângela, via oficina, tem produzido resultados diversos: problematiza o feminicídio em nosso tempo; desperta e/ou atualiza uma consciência crítica sobre gênero; visualiza-se que o controle de corpos historicamente muda a cada geração; abre-se para a escuta da vivência do/da colega, gerando outros pontos de identificação; o gesto de escrita de cartas conduz a um deslocamento de um lugar passivo para um de protagonismo; convida o/a docente a incluir a temática em suas aulas; 6) oficinairos e oficinaantes referem sentirem-se co-responsáveis pelo que se transmite às próximas gerações. Ao incidir sobre a humanização das relações, a oficina emerge como prática pedagógica sensível e politicamente comprometida com a transformação social.

Palavras-chave: Gênero, Formação docente, Vivências, Corpo, Juventude.

1 Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, anacarolinafernandessecundaria@gmail.com;

2 Professora orientadora: doutora em Educação pela Faculdade de Educação/UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, claudiafrohlich@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O mês ainda não tinha terminado quando alguns - *muitos* - nomes começaram a surgir nos noticiários do Rio Grande do Sul. Não eram apenas estatísticas, embora estas coubessem em colunas estreitas de planilhas. Eram mulheres com histórias interrompidas. Corpos que, antes de se tornarem manchetes, tinham rotina, trabalho, amigos, filhos, desejos. A palavra feminicídio reaparece nas mídias de comunicação: pesada, técnica, jurídica em demasia. No entanto, por trás dela, pulsa algo que insiste em escapar às planilhas: a trama invisível de discursos que, muito antes da violência física, já vinha preparando o terreno ao longo dos anos e das construções sociais que provavelmente ainda não conseguimos definir com exatidão o momento de estopim. Não é a primeira vez que o calor do verão brasileiro foi atravessado por tiros nas colunas sociais e páginas criminais: Ângela Diniz foi apenas uma delas, morta no fim de dezembro de 1976, em Búzios, quando o país se preparava para virar o ano nas praias brasileiras.

Na Praia dos Ossos, também ali havia uma elite, mar, festas e promessas de recomeço. No entanto, o estampido das balas interrompeu a temporalidade do calendário. Todas nós, mulheres, fomos atingidas. Atualmente, quando lemos as notícias recentes sobre as circunstâncias de morte de mulheres, percebemos quase a mesma arquitetura narrativa: o foco deslocado, a lupa moral sobre o corpo feminino. O agressor, comumente o parceiro, “não aceitava o fim”; estava “abalado”; era “trabalhador”. E, do outro lado, a vítima transformada em personagem que precisa ser compreendida para que o crime faça sentido. O homem que matou Ângela Diniz, Doca Street, alegou “legítima defesa da honra”, expressão que hoje soa obscena mas que, à época, ecoou por muitos discursos que o absolveram. A vida dela foi exposta como se estivesse em julgamento póstumo: seus amores, suas roupas, suas escolhas. Como se a morte precisasse ser explicada - ou melhor, *justificada* - pelo comportamento da morta. Como se a liberdade feminina fosse provocação suficiente.

Estamos em 2026 e, até fevereiro, o estado brasileiro segue acumulando casos que repetem um padrão conhecido: conflitos domésticos, ex-companheiros inconformados, justificativas passionais. A cada nova reportagem, o enredo se repete. No entanto, o modo como a narrativa é construída nos inquieta: o que se diz sobre a vítima? o que se diz sobre o agressor? Quais detalhes são destacados e colocados em foco? Quais silêncios são mantidos?



Como afirma a filósofa existencialista Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se” (Beauvoir, 1949), percebemos que tornar-se mulher, no Brasil, ainda é atravessar um campo minado de expectativas, vigilâncias e julgamentos que partem do berço. Ainda que os padrões se alterem no tempo, há uma pré-descrição das normas a serem seguidas, como um manual sobre o que é ser mulher, uma espécie de cartilha que dita como falar, o que vestir, como agir. E se, por algum motivo, fugir do padrão, a sociedade pressupõe que há algo de errado, de inadequado, de desajustado nesse corpo que insiste em existir para além das margens traçadas. Supõe-se rebeldia onde há autonomia, desvio onde há singularidade, fracasso onde há recusa.

A sanção ao que diz e/ou faz uma mulher pode vir em forma de piada, advertência, exclusão ou violência explícita. O corpo feminino torna-se, então, território público, permanentemente avaliado e corrigido — seja pela família, pela escola, pela igreja, pela mídia ou pelo Estado. Nesse cenário, tornar-se mulher não é apenas um processo de construção identitária, mas também de enfrentamento: um exercício cotidiano de negociação entre o que se espera e o que se deseja ser. Judith Butler (2018) atualiza essa discussão ao afirmar que o gênero é performativo, isto é, ele “se faz” na repetição de normas que nos antecedem; mas, diante disso, é preciso perguntar: o que se repete quando uma mulher é assassinada e, logo em seguida, sua vida passa a ser esquadrinhada para justificar sua morte? O que se perpetua não é apenas a violência em si, mas a lógica que a torna inteligível — e, em alguma medida, justificável — dentro de uma ordem social que já hierarquiza vidas de forma desigual. Repete-se uma pedagogia da suspeita, na qual o corpo feminino precisa constantemente provar sua legitimidade, e qualquer desvio das normas pode ser mobilizado como explicação implícita para a violência sofrida — é nesse momento que emerge o recorrente “mas ela...”, como operador discursivo que relativiza a violência ao insinuar uma corresponsabilidade da vítima. Há, portanto, algo que antecede o disparo, a facada, o estrangulamento: uma pedagogia silenciosa que ensina quais corpos importam menos, quais vidas são menos choráveis e quais mortes admitem ressalvas. Como já apontava Michel Foucault (2015), o poder não é apenas repressivo, mas produtivo: ele produz realidade, sujeitos e regimes de verdade. Talvez seja justamente isso que se evidencia nesses casos: a produção reiterada de uma verdade sobre o que é ser mulher — e sobre o que, supostamente, acontece quando se desvia.



É nesse cenário que surge a oficina *Teia dos Corpos em Disputa*, não como resposta definitiva, mas como gesto de convidar seus participantes a colocar em movimento o pensamento sobre os discursos. Um gesto de parar, de ouvir, de perguntar: que fios sustentam essa repetição? Como desatá-los? Como propor um ensino para desarmar essa articulação discursiva? Deste modo, a oficina *Teia dos Corpos* constitui-se como prática pedagógica que busca tensionar tais naturalizações no espaço formativo. A oficina foi elaborada no contexto da extensão universitária *Isso existe, Isso é grande, isso não começou agora: histórias de educação* e tem sido desenvolvida junto a licenciandos e licenciandas de diversos cursos de graduação da Faculdade de Educação da UFRGS.

METODOLOGIA

Neste texto, trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa, ancorado na perspectiva da educação crítica e na metodologia participativa. A oficina foi estruturada em quatro momentos articulados entre si, quatro etapas, combinando exposição teórica, análise histórica, dinâmica simbólica e produção escrita.

2.1 Contextualização histórica: Etapa 1

A oficina inicia antes mesmo dos participantes se encontrarem: é solicitada a leitura prévia do artigo “Lugar de Fala, Enquadramento e Valores no Caso Ângela Diniz”, de Cecília Lana (2010). Quando em sala de aula, acontece a exibição do vídeo de Jaqueline Guerreiro (2024), intitulado “O triste caso de Ângela Diniz”, justamente sobre o assassinato de Ângela no ano de 1976, além de trechos do podcast Praia dos Ossos, produzido pela Rádio Novelo, que revisita no agora o julgamento e a mobilização social em torno do crime. Todo este material introduz o caso de Ângela aos participantes da oficina, especialmente o discurso que orquestrou a tese de “legítima defesa da honra” de Doca Street. A nossa mediação, na posição de oficinairos, ajuda a colocar em evidência como esta tese se sustentou - e ainda se sustenta - em imaginários sociais que vinculavam a honra masculina sobre a posse do corpo feminino.

2.2 Dinâmica da teia: Etapa 2

No segundo momento da oficina, realiza-se a dinâmica com um novelo de lã. Com os participantes em círculo, ao receber o novelo de lã em mãos, cada participante compartilha oralmente uma experiência em que sentiu seu corpo julgado, regulado ou constrangido, enquanto que os/as demais escutam. Ao final do relato, o novelo é oferecido, lançado, a outro/a colega. À medida que o fio é lançado e relançado, e cada qual dá seu testemunho,



forma-se uma teia visível com a lã, simbolizando a dimensão estrutural das experiências individuais, com interseções de pontos do material.

2.3 Nomeação de estratégias de resistência: Etapa 3

No terceiro momento, ao desatar simbolicamente os fios, momento em que a teia vai se desfazendo em movimento reverso, cada participante é convidada/o a pensar se em algum momento da vida produziu algum gesto inadequado dirigido aos corpos que não cabem nos padrões normativos pela prescrição social e dizer como refaria este gesto, além de tentar criar - com a ajuda do coletivo - uma estratégia de resistência possível no âmbito escolar ou social. Essa etapa dialoga com a concepção freireana de conscientização coletiva proposta por Paulo Freire.

2.4 Escrita de cartas: etapa 4

Por fim, propõem-se a escrita de cartas endereçadas a Ângela Diniz, dizendo o que gostaria de dizer a ela. Finalizar com a escrita fundamenta-se na compreensão da sala de aula como um “espaço de possibilidade”, em que diferentes materialidades e gestos (lã, oralidade, escuta, olhar, escrita) contribuem para falar e ser escutado/a em regime de horizontalidade, conforme propõe bell hooks (2013), no livro *Ensinando A Transgredir*. A escrita foi concebida como gesto de reinscrição narrativa e elaboração crítica.

A oficina se realiza no tempo de, aproximadamente, 3 horas de duração, e a cada vez que se realiza são feitos registros fotográficos da teia, assim como registros escritos em Diário de Borda, caderno de anotações sobre os acontecimentos e falas ocorridas na oficina. Autorizações para os registros são sempre solicitadas previamente. Todas as oficinas são discutidas amplamente no grupo de extensão e avaliadas a cada vez.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Naturalização do controle dos corpos

Relatos recorrentes das oficinas que já realizamos apontaram para aprendizados precoces sobre postura, vestimenta, tom de voz, aparência e ocupação do espaço. A naturalização do controle dos corpos não se dá por meio de uma imposição espetacular, mas por infiltrações miúdas, quase imperceptíveis, que se acumulam ao longo do tempo. Nos relatos que escutamos no lançamento do novelo de lã, o aprendizado não aparece como regra explícita, mas como advertência cotidiana: “fecha as pernas”, “não senta assim”, “fala mais baixo”, “não chama atenção”, “isso não é roupa de moça”. São frases aparentemente banais



que operam como dispositivos de disciplinamento, moldando gestos, timbres e trajetórias. Frases que, muitos participantes relataram, escutam de uma outra mulher, comumente suas mães.

É nesse ponto que a hipótese de Michel Foucault (2014) se confirma: o poder não se concentra apenas em instituições formais, mas circula via narrativas cotidianas, se infiltra nos interstícios de falas corriqueiras, produzindo saberes e fabricando subjetividades. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2014) descreve de que modo o poder disciplinar atua sobre os corpos por meio de técnicas minuciosas, horários, posturas, vigilâncias, que transformam o corpo em algo útil e dócil. O controle, portanto, não precisa ser permanentemente externo; ele é incorporado ao longo do tempo e da repetição: aprende-se a se vigiar antes mesmo que alguém vigie; aprende-se a corrigir o próprio gesto antes que o olhar alheio o censure. Quando meninas relatam que, ainda na infância, já sabiam como cruzar as pernas ou como medir o comprimento da saia ao sentar, percebe-se que o controle foi internalizado como autocuidado, como prudência, como “bom senso”. A norma deixa de parecer norma, e naturaliza-se. Essa é a eficácia do poder disciplinar: ele não apenas proíbe; ele produz um modo de ser que parece espontâneo.

Ao mesmo tempo, essa naturalização é atravessada por gênero. A contribuição de Judith Butler ajuda a aprofundar essa dimensão. Em *Gender Trouble*, Butler (2018) argumenta que o gênero não é uma essência, mas uma performance reiterada — um conjunto de atos repetidos que ganham aparência de verdade e definição do ser. O controle sobre postura, vestimenta e tom de voz participa dessa repetição. Ensina-se como “ser mulher” ou “ser homem” por meio da regulação constante do corpo. Cada correção reforça a norma; cada repetição sedimenta a expectativa social. Assim, a ocupação do espaço público também se torna um campo de disputa. O modo como se senta no transporte coletivo, como se caminha à noite, como se reage a uma abordagem; tudo carrega uma pedagogia implícita de contenção. Muitas mulheres relatam a necessidade de reduzir o volume da própria presença: encolher-se no banco, evitar contato visual, atravessar a rua. Esse encolhimento não é instintivo; é aprendido. É resultado de uma história longa de advertências que associam visibilidade a risco. A naturalização do controle também se apoia na ideia de proteção. “É para o seu bem.” “É para você não sofrer.” A linguagem da segurança desloca a responsabilidade da violência para a conduta da vítima em potencial. Em vez de questionar a estrutura que produz o risco, regula-se o corpo que pode sofrer suas consequências. O poder, novamente, opera de modo



difuso: pais, professores, amigos, mídias, todos participam, muitas vezes sem perceber, da reprodução dessas normas.

O efeito cumulativo prescritivo, agora internalizado e inconsciente, é a formação de subjetividades que já se antecipam à punição. Não é preciso uma sanção formal para que o corpo se contenha; basta a memória social do julgamento. A vergonha, o medo, o comentário jocoso funcionam como microdispositivos disciplinares. Contudo, reconhecer essa naturalização é também o primeiro passo para desestabilizá-la. Se o controle é aprendido, ele pode ser desaprendido. Se a norma é reiterada, ela pode ser tensionada. A própria visibilização desses relatos ao tornarem consciente o que parecia natural, interrompe o circuito silencioso da internalização. Ao nomear o mecanismo, desloca-se seu poder de evidência. O que antes era “assim mesmo” passa a ser entendido como construção histórica e política. Dessa forma, a análise foucaultiana não conduz ao determinismo, mas à crítica: se os corpos foram produzidos por práticas discursivas e disciplinares, podem também ser produzidos de outro modo. O desafio está em romper com a naturalidade aparente das regras e devolver ao corpo a possibilidade de existir sem a constante pedagogia do encolhimento. É na etapa em que o novelo de lã vai desfazendo a teia, e em que os/as participantes, precisam contar um momento em que um gesto operou como discurso opressor que as falas ficam mais lentas e delicadas. Isso porque a oficina faz se olhar, se escutar também em seu lado ativo, de quem produz a norma social dos corpos. Mas é neste ponto que a desarticulação ocorre e é possível refazer a cena vivida anteriormente. Foi o caso narrado por C: “toda vez que me lembro que pedi a ele para não usar a bermuda, que isso ia nos prejudicar na instituição, sofro de novo... mas preciso dizer que um dia disse isso ao meu colega!”.

3.2 Permanência de narrativas culpabilizadores

A discussão do caso de Ângela Diniz tem permitido estabelecer paralelos com casos contemporâneos de feminicídio, mas também com a permanência de dispositivos narrativos que reorganizam a violência em torno da conduta da mulher assassinada. A morte de Ângela Diniz, em 1976, não foi apenas um crime íntimo tornado público: foi um espetáculo discursivo em que a vida da vítima foi submetida a julgamento moral. No primeiro julgamento de Doca Street, a tese da “legítima defesa da honra” operou como síntese brutal de uma lógica que desloca o foco da violência masculina para a suposta transgressão feminina.

É nesse ponto que a reflexão de Amara Moira (2016) se torna particularmente fecunda. Em sua produção literária e ensaística, especialmente em *E se eu fosse puta*, Amara



tensiona os regimes de inteligibilidade que definem quais corpos são reconhecidos como dignos de luto, proteção e cidadania. Ao narrar sua própria experiência como travesti, intelectual e trabalhadora sexual, ela explicita como a sociedade brasileira distribui humanidade de maneira desigual: algumas vidas são imediatamente convertidas em escândalo; outras, em estatística; muitas sequer chegam a ser nomeadas. Essa crítica dialoga diretamente com a noção de “vidas choráveis” formulada por Judith Butler (2015) em *Quadros de Guerra*. Butler argumenta que o reconhecimento público do luto não é neutro: ele depende de enquadramentos que definem previamente quais vidas importam. No caso de Ângela Diniz, apesar de sua posição social privilegiada, a narrativa construída à época operou uma corrosão simbólica de sua condição de vítima. Sua vida foi enquadrada como excessiva, provocadora, indisciplinada — adjetivos que, na prática, funcionaram como atenuantes morais para o assassino.

Amara Moira (2016) amplia essa discussão ao evidenciar que, quando se trata de mulheres trans, travestis e trabalhadoras sexuais, o enquadramento é ainda mais violento. Antes mesmo do crime, seus corpos já são posicionados fora da norma, fora da respeitabilidade e, portanto, fora do campo do luto social legítimo. A pergunta implícita que atravessa muitas coberturas midiáticas “mas o que ela fazia?”, “como ela vivia?” reaparece com força redobrada nesses casos. A conduta da vítima torna-se a chave interpretativa do crime. Assim, ao articular o caso de Ângela Diniz com a crítica de Butler (2015) e a escrita de Amara Moira (2016), evidencia-se que os avanços jurídicos — como a tipificação do feminicídio — não eliminam automaticamente as gramáticas morais que sustentam a violência. O direito pode nomear o crime; mas a cultura ainda disputa o sentido da vítima. E é justamente nessa arena simbólica que a produção de Amara intervém: ao reivindicar a complexidade, a dignidade e a narratividade de vidas historicamente desautorizadas, ela desestabiliza o enquadramento que transforma mulheres — cis ou trans — em rés póstumas de sua própria morte.

3.3 Escrita como insurgência

As cartas que tem sido produzidas na oficina têm revelado deslocamentos importantes: participantes passaram a reconhecer a dimensão estrutural das violências e a questionar a responsabilização individual das vítimas. A experiência demonstrou que a articulação entre teoria e prática amplia a capacidade analítica dos/as participantes, sobretudo na formação docente. Se, ao longo das atividades, trabalhamos a metáfora das “teias invisíveis” que



controlam os corpos como marionetes — teias compostas por normas de gênero, dispositivos midiáticos, enquadramentos jurídicos e expectativas morais —, as cartas finais tem evidenciado que tais fios não pertencem apenas ao passado, pelo contrário, conectam-se por múltiplos pontos de interseção e seguem tensionando corpos no presente.

Nesse sentido, a escrita insurgente dialoga com a perspectiva de Paul B. Preciado, para quem o corpo é atravessado por regimes farmacopornográficos que administram gênero, desejo e visibilidade. Ao perceber e reconhecer, de modo consciente na oficina, que Ângela foi capturada por um sistema que a julgou, espetacularizou e moralizou sua vida e morte, as/os participantes também parecem reconhecer que tais dispositivos continuam operando — ainda que sob novas formas. Do mesmo modo, a experiência aproxima-se da escrita de Amara Moira (2016) em *Se eu fosse puta*, na medida em que a autobiografia se converte em contradispositivo: uma forma de reinscrever o corpo na narrativa não como objeto de julgamento, mas como sujeito de enunciação.

As cartas para Ângela, portanto, não têm sido apenas exercícios de empatia retrospectiva. Tornaram-se reconhecimento de uma continuidade histórica das violências e, sobretudo, da condição compartilhada de corpos atravessados por estruturas que os moldam e controlam. Ao escrever, as/os participantes deslocaram-se da posição de espectadoras/es de uma tragédia para a de intérpretes críticas/os das tramas que a produziram — e que ainda nos produzem. A escrita, nesse contexto, configurou-se como gesto de insurgência: ao nomear as teias, enfraquecem-se seus fios; ao narrar Ângela, reabre-se a possibilidade de romper as marionetes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A própria elaboração e execução da oficina *Teia dos corpos* já é, em si, um dos resultados de estudos e discussões que ocorrem no âmbito da extensão *Isso Existe*, e com essa proposição formativa enseja contribuir para os espaços educativos. Contudo, sublinhamos que os resultados da realização da oficina ainda estão sendo construídos e não devem ser compreendidos apenas em termos técnicos, isto é, como simples assimilação de conceitos. Embora a apropriação teórica seja um aspecto importante, o efeito mais relevante observado tem sido um deslocamento na forma como os participantes passaram a ler os fenômenos sociais e a própria prática educativa. Assim, vemos nas oficinas, licenciandos se perguntando sobre sua posição no mundo e, principalmente, levantando uma questão sobre *como* operar



essa transmissão na posição de futuros docentes. Pensar junto, em voz alta, sobre o caso de Ângela Diniz, a partir do podcast Praia dos Ossos, tem permitido que o episódio deixe de ser escutado como um crime isolado do passado, mas compreendido como parte de uma estrutura histórica de controle dos corpos das mulheres, em que todos e todas nós fazemos parte e precisamos nos responsabilizar pela desarticulação de muitos nós na teia. Ao articular essa discussão com as contribuições de Judith Butler (2015), Michel Foucault (2018) e Djamila Ribeiro (2017), tem ficado evidente que categorias como gênero, moral e disciplina são construções sociais, produzidas em contextos específicos de poder. Essa compreensão ajuda para o fortalecimento da consciência crítica dos participantes e para uma leitura mais contextualizada das violências de gênero.

Os resultados percebidos na oficina, assim, não se limitaram ao plano cognitivo. Acionar a dimensão afetiva tem tido papel central no processo. As diferentes etapas da oficina parecem favorecer a partilha de experiências pessoais relacionadas a julgamento, silenciamento e desigualdade, criando um espaço de escuta e reconhecimento. Nesse sentido, a teoria tem dialogado diretamente com vivências concretas, tornando-se mais significativa e situada. Destaca-se, ainda, o desenvolvimento do protagonismo dos participantes. A escrita de cartas dirigidas a Ângela Diniz não são apenas uma atividade de encerramento de oficina, mas revelam um posicionamento ético e político diante da história discutida. Ao se colocarem como interlocutores dessa narrativa, os estudantes-licenciandos passam de ouvintes a sujeitos ativos na construção de sentido e co-responsáveis por passar adiante esta vivência. Considerando que se trata de professores em formação, observa-se também um impacto importante na reflexão sobre a prática pedagógica. A problematização das normas que regulam corpos e comportamentos suscitou questionamentos sobre o papel da escola na reprodução ou no enfrentamento dessas estruturas. Esse movimento de autorreflexão constitui, por si só, um resultado formativo relevante.

Em síntese, os efeitos da oficina observados até o momento dizem respeito à promoção de deslocamentos: no olhar o mundo, na escuta de notícias jornalísticas, na escuta-olhar do outro, na compreensão teórica e na posição ética referida pelos participantes, necessária à prática docente. Ao evidenciar que os corpos são atravessados por relações de poder, reafirma-se a educação como espaço estratégico, capaz tanto de reproduzir normas quanto de produzir resistência e transformação social, e afirma-se a oficina como dispositivo de contribuição aos espaços educativos.



REFERÊNCIAS

AXT, Bryan. O que é a farmacopornografia? In: CONGRESSO DE FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA DA PUCPR, 16., 2018, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: PUCPR, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/humanitaspucprfilo/116865-O-QUE-E-A-FARMACOPORNOGRAFIA>. Acesso em: 3 mar. 2026.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. v. 1-2. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf. Acesso em: 3 mar. 2026.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GUERREIRO, Jaqueline. O triste caso de Ângela Diniz. YouTube, 9 nov. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VmT6VidW0fk>. Acesso em: 3 mar. 2026.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta*. São Paulo: Hoo, 2016.

PRAIA dos ossos. Locução: Branca Vianna. Produção: Rádio Novelo. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, 2020. Podcast. Disponível em: <https://radionovelo.com.br>. Acesso em: 3 mar. 2026.

QUADROS de guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SOUZA, Giovane Alves de. Entre o prazer e a transgressão: uma resenha da obra *E se eu fosse puta*. *Entreletras*, Araguaína, v. 8, n. 2, p. 469-473, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://entreletras.unirg.edu.br>. Acesso em: 3 mar. 2026.

